

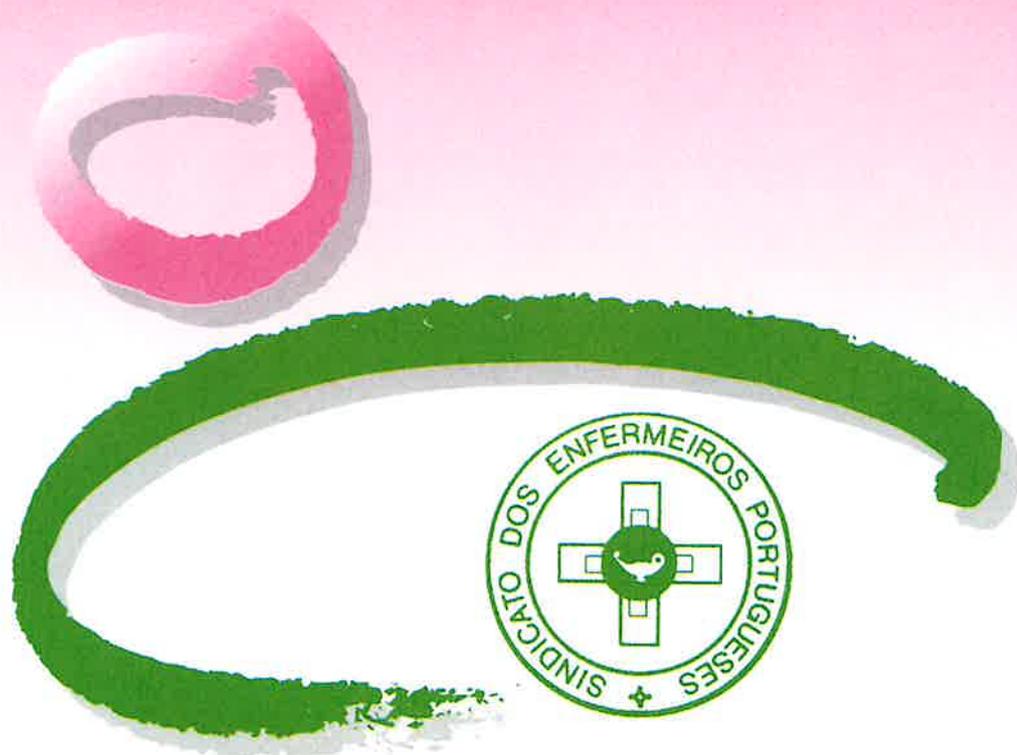
# ENFERMAGEM

em Foco

Ano XI • Julho/Setembro 2002 • N.º 48  
SEP - SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

## 2.º CONGRESSO

Sindicato dos Enfermeiros Portugueses



*Enfermeiros*

no Centro da Saúde

**FÓRUM: Sistema de Saúde**

**Votação dos delegados  
ao Congresso**



**Votação congressistas**



**Cármem Salpicão  
Grupo Reformados  
SEP**



**Juan Carvalho,  
Presidente do SERAM**



**Sessão Encerramento**



**Mesa de Sessão Encerramento**



**Intervenção da Bastonária  
dos Enfermeiros  
na Sessão Encerramento**

Preâmbulo	2
CAPÍTULO I	5
ENFERMAGEM: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PERSPETIVA HISTÓRICA	5
Quadro Síntese — Perspectiva Histórica	26
PRINCÍPIOS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL — O PRESENTE E O FUTURO	31
CONDIÇÕES DE TRABALHO	39
SISTEMA DE SAÚDE — SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE: QUE DESAFIO PARA OS ENFERMEIROS?	44
DOCUMENTO SÍNTESE	54
CAPÍTULO II	59
ENQUADRAMENTO	60
OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS E PÚBLICOS	61
PARCERIA, DESEMPENHO, SALÁRIOS E O SECTOR PRIVADO — O PARTIDO TRABALHISTA E O SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE DESDE 1997	66
EVOLUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE ESPANHOL	72
O SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE: A VISÃO DO SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES	75

**Título:** Enfermagem em Foco; **Periodicidade:** Trimestral; **Director:** José Carlos Martins; **Coordenação:** Isabel Sanchez; **Redacção:** Comissão Executiva do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses; **Composição e Grafismo:** Neuro Design/Pedro Monteiro; **Secretária de Redacção:** Fátima Paz Teles

**Propriedade:** A Revista Enfermagem em Foco é propriedade do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

**Av. D. Carlos I, 42, 2º. 1200 Lisboa. Tel.: 21 392 03 50 Fax 21 396 82 02. E-mail: sede@sep.pt <http://www.sep.pt>**

**Tiragem:** 17 500 exemplares. **Depósito Legal nº 39770/90. Nº de Registo da DGCS 115 126. ISSN 0871-8008. Impressão:** Grafinter.  
**Distribuição gratuita aos sócios do SEP.** Permitida a reprodução dos artigos publicados desde que a fonte seja devidamente referenciada.



## PREÂMBULO

O 2º Congresso do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses que se concretizou em Junho de 2002, foi também o 1º do Século XXI e também por isso, um tempo de esperança.

Esperança que os Homens se assumam como verdadeiros agentes de uma mudança cujo o sentido deverá romper com o pragmatismo dos números, das políticas quase e exclusivamente, viradas para a questão económica.

Na verdade, se o último século se caracterizou por vertiginosas mudanças, quer em termos tecnológicos quer em termos sociais, também é verdade que nem sempre essas mudanças foram aplicadas numa perspectiva de maior justiça social e distribuição da riqueza produzida.

Continua a ser amargurante, revoltante mesmo, a tomada de consciência diária que o fosso entre os ricos e os pobres é cada vez mais profundo, com consequências cada vez mais desestruturantes para os povos.

A pergunta que necessariamente nos tem que perseguir, principalmente a nós, cidadãos enfermeiros, que lidamos com o Outro é onde este progresso nos vai levar.

Os interesses económicos pulverizam as necessidades sociais! Por eles abrem-se frentes de guerra onde cada vez mais morre o cidadão comum, por eles não se ratifica medidas de preservação da natureza e do planeta, por eles não se faz uma distribuição equitativa dos recursos naturais, nomeadamente da água. Por eles continuam a morrer milhares de crianças, homens, mulheres e anciãos em todo o mundo, por dia. Os mesmos interesses económicos que continuam a ditar que, por causa de uns, poucos, todos sofram as consequências do aquecimento do planeta, da destruição da camada de ozono. Seria quase justo exigir que o planeta, num acesso de revolta plena, destruísse aqueles que mais o destroem. Não o faz e os Homens teimam em não aprender com essa lição!

Ainda assim, parece nem tudo estar perdido!

Começam a renascer movimentos de cidadãos à escala mundial que se fazem ouvir. Porto Alegre, Seattle, Nice, Génova foram momentos marcantes, na história mais recente, que não podem ser negados.

A aldeia global, a globalização da economia, os mercados de capitais merecem uma resposta também global e essa, mais cedo ou mais tarde, vai-se fazer ouvir.

Viver num mundo onde não se tenha medo de sentir, tocar e confiar no próximo tem que continuar a ser um dos objectivos pelo qual todos temos oportunidade de partilhar o sol que nasce todos os dias.

O 2º Congresso Nacional do Sindicato dos Enfermeiros realiza-se na encruzilhada destes “dois mundos” e, em termos internos, na sequência da eleição de um novo Governo e é nestes contextos, que terá que definir a sua estratégia de intervenção política-sindical, para os próximos três anos.

Em termos de política de saúde, os últimos anos da Governação do Partido Socialista, deixou muito a desejar. Ficou claro que a descontinuidade que caracteriza o exercício da política, em Portugal, tanto pode acontecer com novos Governos e novos partidos que o sustentam, como com novos Governos sustentados pelos mesmos partidos. Os dois Governos do PS e a orientação política ou desorientação, para a área da saúde são disso um exemplo claro. O país perdeu tempo e dinheiro por não terem sido levadas por diante as alterações inscritas no SNS21. Acima de tudo perdeu o Serviço Nacional de Saúde enquanto pilar do Sistema de Saúde em Portugal e, conseqüentemente, perderam os portugueses que vêm mais longe a resolução do seu acesso aos cuidados de saúde.

Enquanto Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, neste congresso, deveremos reafirmar a defesa

intransigente do Serviço Nacional de Saúde, da forma como constitucionalmente está consagrado: geral, universal e tendencialmente gratuito.

Mas o papel de intervenção do Sindicato não pode ficar apenas pela reafirmação deste princípio. Deve actuar de forma pedagógica, informando os enfermeiros e a população dos riscos que todos corremos, se eventualmente permitirmos o desmembramento do Serviço Nacional de Saúde.

Os cidadãos têm deveres para com o Serviço Nacional de Saúde e devem estar conscientes desses deveres. O objectivo será o compromisso mútuo que um não funciona sem o outro e vice-versa. O direito de cidadania, é um direito obrigatoriamente adquirido quando nascemos. Exercitá-lo é um dever!

A saída desta revista acontece 5 meses após o Congresso e durante este período a produção legislativa do Governo para a saúde confirmou os nossos piores receios. Com uma maioria parlamentar, o Governo aprovou alterações à Lei de Bases da Saúde e à lei de Gestão Hospitalar. A caminho, as alterações à gestão, organização e funcionamento dos Centros de Saúde. A concepção do Serviço Nacional de Saúde alterou-se irremediavelmente de tendencialmente gratuito para pago, podendo não ser pago em determinadas circunstâncias.

E as alterações agora aprovadas pelo Governo, terão elas como objectivo efectivo a melhoria do acesso aos cuidados de saúde pelos cidadãos?

Não nos parece! É mais uma medida económica para fazer face a uns critérios que cada vez mais, ao invés de permitirem uma convergência entre países e realidades diferentes, os afastam.

Passarem os Hospitais a Sociedades Anónimas permite, num primeiro momento, a “desorçamentação” do orçamento de Estado porque o capital social destas empresas, ainda que sejam dinheiros públicos e ainda que sejam para fazer face às despesas correntes, não aparecerão na rubrica da despesa pública do Estado. Num segundo momento, será a privatização, caso contrário como se justificaria que no documento final de alteração da Lei de Bases da Saúde apenas tenha ficado consagrado “hospitais sociedades anónimas” enquanto no documento inicial, discutido na Comissão dos Assuntos Sociais e do Trabalho, na Assembleia da República, tenha sempre aparecido “hospitais sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos?! O Estado accionista pela via das concessões e das convenções, mais tarde ou mais cedo, vai vender uma quota-parte do capital social sob a forma das tão famigeradas acções.

Paralelamente e não menos preocupante, a tentativa de desregulamentação da Legislação Geral do Trabalho, as alterações na Segurança Social, na forma de cálculo das pensões na Administração Pública, os supranumerários.

É voltar às relações de trabalho do século XIX em que o trabalhador tinha que ter total disponibilidade para o patrão sem qualquer contrapartida, enfim meio século depois da Carta Universal dos Direitos do Homem, o que estamos a assistir é a uma ofensiva clara a esses direitos e o retorno a uma nova forma de escravatura, com novos protagonistas.

Na preparação do Congresso, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses mobilizou os enfermeiros de norte a sul do país na discussão em torno das bases de trabalho. No Congresso definiu, consensualmente, a espinha dorsal da sua intervenção política-sindical. Em cada momento discutirá com os enfermeiros, o desenvolvimento da acção. Este é projecto e o modelo de sindicalismo que temos e defendemos. Este é o nosso compromisso com o futuro, com os enfermeiros e com os cidadãos.

“Os Enfermeiros no Centro da Saúde” é o lema do Congresso. Se no centro estão os cidadãos, então os enfermeiros, porque assumem a prestação de cuidados de proximidade, também têm que estar. Saibamos estar e mais importante, queiramos estar. As alterações que entretanto aconteceram, na saúde, deverão potenciar que desenvolvamos uma discussão sobre novas formas de organização dos enfermeiros que permita manter o reconhecimento da imprescindibilidade dos enfermeiros.



**Presidente de Mesa  
da Assembleia Geral**



**Mesa da assembleia Geral do II Congresso**



**Assembleia Geral  
do II Congresso**